**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA
DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAS-
TELO DE PAIVA, REALIZADA NO
DIA 16 DE OUTUBRO DE 2020.**

No dia dezasseis de Outubro de dois mil e vinte, nesta Vila de Castelo de Paiva, no edifício dos Paços do Município, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal por videoconferência (nos termos do previsto no artigo 2.º, da Lei n.º 28/2020, de 28 de Julho - Alarga o prazo para a realização por meios à distância das reuniões dos órgãos das autarquias locais e comunidades intermunicipais - 5.ª Alteração à da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de Março), sob a presidência Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus, Presidente da Câmara, com as presenças do Vice-Presidente, António dos Santos Rodrigues, e dos Vereadores Paula de Melo Alves, José Manuel Moreira de Carvalho, José Duarte de Sousa e Rocha, Cláudia Vanessa da Silva Rodrigues Pereira, e Mauro Lopes da Silva Mendes.

Secretariou a reunião em substituição do Chefe da Divisão de Administração Geral, Rute Alexandra Vieira Cardoso.

Eram catorze horas, quando o Senhor Presidente da Câmara, declarou aberta a reunião.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

O senhor Presidente iniciou o período antes da ordem do dia informando, desde logo, que foi alterado o formato das reuniões do executivo municipal, para o formato on-line, devido às circunstâncias conhecidas por todos, a Covid-19 e, também, à fulminante evolução que se tem vindo a verificar nos últimos dias, agradecendo a disponibilidade de todos pelo facto de aceitarem este novo modelo e participarem nele. Abordou, também, os últimos acontecimentos relativos à Covid-19 no concelho, mais concretamente no lar da Santa Casa da Misericórdia de Castelo de Paiva, sobre a qual informou que a situação está a ser trabalhada em conjunto com a autoridade de saúde, bem como, com a própria instituição. A diretora da Autoridade da Saúde esteve presente nas instalações

para ser colocado em prática o modelo operacional. Neste momento, o quadro atual apresenta vinte e oito utentes e dezoito funcionários positivos, porém, assintomáticos. Encontram-se todos acompanhados, com apoios por parte da Segurança Social, em parceria com a Cruz Vermelha, seguindo o plano de contingência.

A Vereadora Paula Melo acrescentou informações adicionais, fazendo o ponto de situação do aumento de casos positivos no concelho, sobretudo nos últimos dias, onde o maior aumento ocorreu por força de um surto ocorrido no lar da Santa Casa da Misericórdia. Inicialmente com um caso assintomático, perante o qual a saúde pública acionou um plano para que fosse realizada a testagem a todos os funcionários e utentes da instituição. Após os trinta e nove casos positivos foi realizada uma reunião entre o Município, a Unidade de Saúde Pública e a direção executiva do ACES, acompanhada pela Segurança Social, logo seguindo-se um plano de ação de forma a separar os casos positivos dos negativos, dentro das próprias instalações. A informação passada pelo Presidente da Instituição sobre os casos positivos mostra um acréscimo de mais dois utentes e mais cinco funcionários, que foi sabida há poucos momentos. Aguarda-se mais informações por parte da delegada da Saúde Pública que, após a comunicação deste aumento, informou de que estaria a visitar as instalações do lar. No âmbito das brigadas criadas para combater a pandemia, foram cedidos dois enfermeiros que, a delegada se disponibilizou, juntamente com a sua equipa, de mostrar as instalações e colocar a par. Quanto a surtos ativos, Castelo de Paiva tem apenas um surto ativo, que se encontra na Santa Casa da Misericórdia, logo, os restantes casos positivos são isolados, isto é, não são provenientes de cadeias ativas. Faz, assim, um apelo ao reforço de sensibilização e comprometimento de cada um em termos de responsabilidade cívica para que se mantenham os devidos cuidados.

O senhor Presidente acrescenta que na próxima segunda-feira irá ser realizada uma reunião no âmbito da proteção civil para ser feita uma avaliação do momento atual e para se adotarem medidas reforçadas. Encon-

tramo-nos num estado de calamidade, decretado pelo Estado, logo irá ser analisado e avaliado a possibilidade de medidas adicionais. Ainda uma nota, no âmbito da subtração de bens na Casa da Boavista, para além das informações entregues às devidas autoridades, a Câmara Municipal de Castelo de Paiva irá, também, constituir-se como assistente no processo. Relativo à variante 222, o estudo e esboço do projeto foi enviado recentemente para a APA.

O Vereador José Rocha presta a sua solidariedade para com todos os utentes e funcionários da Santa Casa da Misericórdia e seus familiares, bem como os vinte e um casos que surgiram no nosso concelho. Deixando uma nota de cuidados redobrados na qual todos devem adotar. Dentro disto, é sabido de que Castelo de Paiva possuía uma zona de acolhimento para doentes Covid-19 nas instalações da secundária que, neste momento, passaram para uma sala na junta de freguesia de Santa Maria de Sardoura. Assim, pretende saber se está funcional, qual a capacidade de resposta, e qual o protocolo existente com a junta. Um outro assunto é relativo ao ponto de situação do incêndio do CACE pois, já se passaram três meses e os empresários continuam sem respostas, empresas paradas e outras que saíram do concelho. Três meses é demasiado tempo para as empresas, isso implica demasiados riscos que podem ser fatais para a continuidade laboral. Para terminar, gostaria de saber qual o ponto de situação sobre uma queixa apresentada por um munícipe sobre um sinistro no seu carro, na avenida Humberto Delgado, quando esta se encontrava em obras e sem sinalização, pois, apesar das três vezes que se dirigiu à Câmara Municipal, os papéis desapareceram.

A Vereadora Vanessa Pereira intervém com uma nota inicial, para relembrar o requerimento que a mesma deu entrada, no dia onze de setembro, sobre as intervenções da Câmara Municipal sobre a Casa da Boavista, porém, continua sem obter qualquer tipo de respostas. Contudo, saúda o facto de todos terem sido constituídos assistentes do processo, pois todos assistiram a várias divulgações de imagens de objetos furtados. Porém, continua a exigir uma atitude pró-ativa. Uma outra nota é

ao tempode espera de resposta relativo a um email enviado, a vinte e nove de setembro, sobre a abertura do ano letivo, pois, na reunião anterior à abertura foi passada a informação de que todas as medidas estavam a ser estipuladas e cumpridas, porém, um dos assessores do Presidente da Câmara publicou imagens sobre o transporte escolar, e que levantava algumas questões. É pedido um esclarecimento de forma a tranquilizar a comunidade escolar. Sobre os incêndios de dois mil e dezassete, já se passaram três anos e há marcas no concelho que continuam a subsistir. Há cinco casas que foram entregues dois anos e nove meses depois. Assim, pretende informações se todas as casas foram reconstruídas e se todas as empresas resolveram o problema delas, pois com a crise, à semelhança das empresas do CACE, é quase impossível as empresas continuarem a subsistir. Quanto ao estatuto de cuidador informal, pretende saber se o senhor Presidente já possui os dados da segurança social, anteriormente requeridos. Assim sendo, quantos indivíduos conseguiram obter o estatuto de cuidador informal, tendo em conta de que Castelo de Paiva era um dos trinta municípios com projeto piloto. Um outro assunto, sobre o qual o senhor Presidente não deu conhecimento, refere-se à compra de terreno nas Meirinhas e qual a sua dimensão. Uma nota breve sobre a última reunião na qual foi dado conhecimento de um concurso relativo à DOMA. O senhor Presidente deveria ter informado de que já teria nomeado uma pessoa em regime de substituição a catorze de setembro. Para terminar, havia sido pedido a descrição com os gastos com a Covid-19, porém, o mesmo não se sucedeu e, foi publicado na Comunicação Social o montante de oitenta e oito mil euros referente a gastos com a Covid-19. Numa forma de comparação, para que haja uma noção pública, foram gastos noventa e cinco mil e oitocentos euros com o São João e o Passeio Sénior. Mostra-se, assim, que os gastos da Covid-19 estão abaixo dos gastos aprovados no orçamento de dois mil e dezanove. Algo sobre o qual é pretendido uma resposta é sobre que tipo de protocolo foi realizado com a Junta de Sardouira sobre o aluguer do espaço para a COVID 19. Pretende ainda obter

mais pormenores sobre os custos com a Covid-19 e, também, o número de casos reais no município.

A Vereadora Paula Melo refere que o espaço Covid foi escolhido na área anexa à Junta de Freguesia de Sardoura, nas antigas instalações da extensão de saúde de Sardoura, pelo facto de possuírem espaços divididos e de fácil acesso, contudo, existe é falta de recursos humanos.

O senhor Presidente, em função das questões colocadas, deu nota da situação do CACE e mostra o seu descontentamento e revolta pelo atraso na concretização das medidas, pois tem noção das dificuldades que a mesma acarreta. Informa de que as nossas propostas se mantêm e de que futuramente, a informação estará disponibilizada em Diário da República. Poderá disponibilizar essa mesma informação aos senhores vereadores e, também aos empresários e empresas. É, assim, esperado na próxima semana, uma sessão de esclarecimento juntamente com a Segurança Social. Neste processo, a Câmara Municipal tem sido parceira e sempre disponível neste processo para encontrar uma solução para o problema, inclusive, face ao pedido de um acordo com o IEFP, de forma a viabilizar a solução provisória das instalações. Neste momento, está a ser feito um trabalho com as empresas de forma a encontrar um orçamento para a implementação das mesmas, tendo sempre uma atitude pró-ativa. Sobre os incêndios de dois mil e dezassete, já foram entregues algumas casas, outras serão entregues, em princípio, no dia vinte e seis e as outras, serão entregues brevemente. Quanto às empresas, nunca foi mantido em sigilo de que havia processos pendentes e quais eram. Relativo ao sinistro relativo à Avenida Humberto Delgado serão tomadas as devidas atitudes. Referente ao início do ano letivo, tem havido um trabalho árduo por parte de instituições e autarquia, e quanto ao email, teve a oportunidade de responder, em momento de reunião, de que discorda do que foi exposto. Sobre as Meirinhas, a escritura em causa reportou-se ao acesso principal ao terreno que existe no local para fazer um loteamento e que era necessário adquirir para se fazer essa acessibilidade e, os metros adquiridos, foram mil setecentos e quarente e nove metros qua-

drados. Quanto à DOMA, os argumentos mantêm-se e, resulta de um volume acentuado de trabalho e investimentos. Neste momento, há um concurso e, como é sabido por todos, todos têm a possibilidade de participar. Relativo aos cuidadores informais, informo de que, segundo o email de sete de outubro, existiram dezanove candidaturas, duas foram aprovadas, três encontram-se em fase de análise, duas não aprovadas, duas aguardam diferimento e nove aguardam documentos.

O Vereador José Rocha volta a referir a questão da capacidade de acolhimento do espaço Covid e, também, qual o valor da renda.

O senhor Presidente informa que, de momento, não existem custos associados ao aluguer, porém, irá confirmar. Relativo às camas que o centro hospitalar disponibilizou, voltaram à sua posse, pois necessitaram delas. Em relação às restantes camas, foram aquelas que o Município adquiriu, contudo, não tem o número exato. Existem, também, medidas no âmbito da proteção civil, a nível distrital, que estão preparadas para quando surjam casos desta natureza.

A Vereadora Vanessa Pereira apresenta mais uma nota na qual pretende que seja esclarecido sobre o aluguer do espaço para o COVID, e convém esclarecer se implica custos.

O senhor Presidente termina o período antes da ordem do dia com uma palavra de apoio a todos aqueles que neste momento se encontram infetados pela Covid-19.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA.

1. - RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA.

A Câmara Municipal tomou conhecimento das disponibilidades de tesouraria no dia 15 de Outubro de 2020, cujo saldo totaliza a quantia de 2.430.509,13 euros.

2. - ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 11 DE SETEMBRO. APROVAÇÃO.

Presente a acta da reunião em epígrafe, de que foram previamente distribuídos exemplares a todos os membros da Câmara Municipal.

A Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou unanimidade, aprová-la.

3. - OBRAS MUNICIPAIS.

Retirado.

4- OBRAS PARTICULARES.

Retirado.

5- LOTEAMENTOS URBANOS E OBRAS DE URBANIZAÇÃO.

5.1 – PROCESSO 814/2019. IMOBILIÁRIA ANTÓNIO FONTES & IRMÃO. LD^a.

Presente processo de aditamento à operação de loteamento, em que a área verde com 200,37 m², passa a área sobrance, compensada por pagamento, no valor de 198,00 euros.

Analisado o processo a Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou unanimidade, concordar com a compensação proposta.

6. - SUBSÍDIOS E APOIOS A DIVERSAS ENTIDADES.

6.1 – ASSOCIAÇÕES DE ÂMBITO DESPORTIVO.

Foi apresentada a seguinte proposta: “A actividade Associativa é indiscutivelmente e cada vez mais uma realidade incontornável e fulcral no Concelho de Castelo de Paiva, dando respostas a muitas das lacunas com que as populações se confrontam, nomeadamente em termos de actividades culturais e desportivas.

A Câmara Municipal consciente desta realidade, e da necessidade de contribuir e colaborar na manutenção da actividade Associativa sempre se tem pautado por um indiscutível apoio técnico e financeiro à mesma.

Não obstante a vontade crescente do Município em apoiar as Associações, certo é que a mesma tem de ser calibrada com a situação da Câmara Municipal. Assim, a Câmara Municipal continuará a caminhar ao lado das Associações, contribuindo para que as mesmas prossigam o desempenho pleno das suas actividades, mantendo viva a chama da cultura e do desporto no Concelho.

É ensejo da Câmara Municipal atribuir no ano em curso e nos termos do disposto no artigo 5º do regulamento municipal para a atribuição de subsídios, o valor global de €62.000,00 às Associações de carácter desportivo, o qual como se refere no quadro Anexo, será pago em prestações que se estenderão pelo ano de 2021.

Em face do exposto e porque o valor em causa se situa dentro do limite estabelecido na deliberação genérica da Assembleia Municipal de 27/11/2019, proponho a atribuição dos seguintes subsídios:

ADCB - Associação Desportiva e Cultural de Bairros	7 500,00 €
Associação Desportiva do Casal	3 500,00 €
Real Atlético Clube	2 500,00 €
Associação Cultural e Desportiva de Sabariz	2 000,00 €
Associação Desportiva Cultural C.J Clark	3 500,00 €
Grupo Desportivo e Cultural de Castelo de Paiva	6 000,00 €
Centro Cultural e Recreativo de S.Martinho	6 000,00 €
Sporting Clube Paivense	20 000,00 €
CCD Real	2 000,00 €
Hoquei Club Paivense	2 000,00 €
Clube Caça e Pesca	500,00 €
Casa do Povo da Raiva	750,00 €
Taekwondo Clube Paivense	1 000,00 €
CIDEP - Centro de Iniciação Desp. Castelo de Paiva	750,00 €
Grupo Columbófilo de Castelo de Paiva	750,00 €
Moto Club Paivense	750,00 €
Associação Desportiva do Couto Mineiro	2 500,00 €
TOTAL DESPORTO	62 000,00 €

A Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou unanimidade, atribuir os subsídios propostos, no montante de 62.000,00 euros, acauteladas que foram as incompatibilidades dos membros do executivo.

6.2 – ASSOCIAÇÕES DE ÂMBITO CULTURAL.

Foi apresentada a seguinte proposta: “A actividade Associativa é indiscutivelmente e cada vez mais uma realidade incontornável e fulcral no Concelho de Castelo de Paiva, dando respostas a muitas das lacunas com que as populações se confrontam, nomeadamente em termos de actividades culturais e desportivas.

A Câmara Municipal consciente desta realidade, e da necessidade de contribuir e colaborar na manutenção da actividade Associativa sempre se tem pautado por um indiscutível apoio técnico e financeiro à mesma.

Não obstante a vontade crescente do Município em apoiar as Associações, certo é que a mesma tem de ser calibrada com a situação da Câmara Municipal. Assim, a Câmara Municipal continuará a caminhar ao lado das Associações, contribuindo para que as mesmas prossigam o desempenho pleno das suas actividades, mantendo viva a chama da cultura e do desporto no Concelho.

É ensejo da Câmara Municipal atribuir no ano em curso e nos termos do disposto no artigo 5º do regulamento municipal para a atribuição de subsídios, o valor global de €58 000,00 às Associações de carácter cultural e social, o qual como se refere no quadro Anexo, será pago em prestações que se estenderão pelo ano de 2021.

Em face do exposto e porque o valor em causa se situa dentro do limite estabelecido na deliberação genérica da Assembleia Municipal de 27/11/2019, proponho a atribuição dos seguintes subsídios:

Rancho Folclórico de Bairros	4 000,00 €
Associação Cultural e Recreativa de S.Martinho de Sardoura	4 000,00 €
Rancho Folclórico de Nossa Senhora das Amoras	3 500,00 €
Rancho Folclórico de Castelo de Paiva	3 500,00 €
Grupo Cultural de Danças e Cantares do Paraíso	2 000,00 €
ADEP	1 500,00 €
Banda dos Mineiros do Pejão	11 500,00 €
Banda Musical de Fornos	11 500,00 €
Centro Recreativo e Cultural de Bairros - Banda Mar-	11 500,00 €

cial	
Associação Comercial e Industrial de Castelo de Paiva	2 000,00 €
Centro Social e Cívico Viver S. Martinho	1 000,00 €
Associação Social Cultural e Recreativa S. Gonçalo	1 000,00 €
Centro Social Sol Nascente Stº Ildefonso	1 000,00 €
TOTAL	58 000,00 €

A Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou unanimidade, atribuir os subsídios propostos, no montante de 58.000,00 euros acauteladas que foram as incompatibilidades dos membros do executivo.

6.3 – ACADEMIA DE MÚSICA DE CASTELO DE PAIVA.

Com o objecto de atribuição de prémio de mérito a jovens artistas que se destaquem na área musical, foi proposto subsídio, no valor de 750 euros. A Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou unanimidade, atribuir o subsídio de setecentos e cinquenta euros, sob a forma de bolsa de mérito ao aluno João Silva Pinto Duro..

6.4 – ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL.

Foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo como objectivo garantir o financiamento necessário ao funcionamento da “(ELI) Equipa Local de Intervenção Precoce”, a “APPACDM – Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental” apresentou uma candidatura ao “PROCCOP - Programa de Celebração ou Alargamento de Acordos de Cooperação para o Desenvolvimento de Respostas Sociais”, que se encontra em fase de análise por parte da Segurança Social.

Neste sentido, no âmbito da parceria mantida entre a Câmara Municipal de Castelo de Paiva e a instituição foi deliberado, nas reuniões ordinárias do executivo municipal realizadas no dia 24 de Fevereiro e 24 de Abril do corrente ano, atribuir um apoio financeiro à “APPACDM – Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental” no montante de 3.000,00 (Três mil euros), de modo a garantir o fun-

cionamento da “(ELI) Equipa Local de Intervenção Precoce” durante o período de tempo necessário à eventual aprovação da candidatura anteriormente.

Considerando que a candidatura ao “PROCCOP - Programa de Celebração ou Alargamento de Acordos de Cooperação para o Desenvolvimento de Respostas Sociais”, ainda se encontra em fase de análise por parte da Segurança Social.

Proponho:

Nos termos do previsto na alínea u), do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, a atribuição de um subsídio à “APPACDM – Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental” no montante de 3.000,00 (Três mil euros), nos termos da presente proposta. A Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou unanimidade, atribuir o subsídio, no valor de três mil euros.

7. – ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE CASTELO DE PAIVA.

A associação em título, solicitou a cedência, em regime de comodato, de três salas da EB2 de Sobrado, sita na rua Prof. Egas Moniz, 109, Gericó, Sobrado, para desenvolver actividades de formação.

A Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou unanimidade, autorizar a cedência em regime de comodato.

Mais deliberou aprovar a respectiva minuta de contrato e dar poderes ao Presidente da Câmara para a outorga.

8 – II RAMPA DE S. GENS. RATIFICAÇÃO DE PARECER.

O Presidente da Câmara proferiu despacho favorável à realização de prova desportiva, denominada “II Rampa de S. Gens”.

A Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou unanimidade, ratificar o despacho do Presidente da Câmara.

9- DESPACHOS PROFERIDOS NO USO DA COMPETÊNCIA DELEGADA.

A Câmara Municipal tomou conhecimento dos despachos proferidos no uso da competência delegada: 19ª. alteração ao orçamento da despesa;

13^a. alteração ao Plano Plurianual de Investimento; 9^a. alteração ao Plano de Actividades Municipal; 10^a. alteração ao Plano de Actividades Municipal; 14^a. alteração ao Plano Plurianual de Investimento; 18^a. alteração ao orçamento da despesa; 11^a. alteração ao orçamento da receita.

PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Dr. Paulo Teixeira, residente no lugar da Carvalha, freguesia de Santa Maria de Sardoura, inicia a sua intervenção cumprimentando todos e explicando o porquê da sua intervenção ser feita via gravação. Posto isto, lembrou o que ficou acordado em ata na reunião de trinta de setembro e, também, o que foi proferido por um deputado municipal, membro do partido socialista, numa reunião de assembleia municipal. Assim, dirige-se ao senhor Presidente da Câmara que, face ao acórdão do tribunal da relação do Porto, publicado a vinte e oito de abril do último ano, chegou a hora de, tanto o senhor Presidente, como os seus companheiros de partido se retratarem das falsidades que andaram a propagar ao longo de quase vinte anos.

Contra factos não há argumentos e, a prova disso é que diversos juízes constataram, em diversos anos, de que o cidadão Paulo Teixeira não vendeu o mesmo terreno duas vezes. O mesmo sempre pertenceu à sua família, não foi comprado pela Câmara, nem falsificou documentos, ao contrário de um “indivíduo” que trabalha com o Senhor Presidente. Provou-se em Tribunal que o terreno associado à família do mesmo existiu fisicamente, contudo, tudo isto provocou um julgamento em praça pública tanto para a sua pessoa, como para os seus familiares.

Dirige-se ao senhor Presidente lembrando os documentos que foram apresentados e que os juízes consideraram de veracidade duvidosa, para além da instrumentalização de alguns testemunhos, afirmando que quem dirigiu a preparatória da reunião foi uma pessoa muito próxima do Presidente, mas, exterior à rede política e institucional da Câmara. Todavia, já é hábito comum para os paivenses, serem comandados por alguém exterior à Câmara Municipal.

Neste momento, aguarda o recurso que a Câmara apresentou ao Supremo Tribunal de Justiça, fora de tempo e com penalização. Termina o seu discurso com pena do discurso proferido pelo Senhor Presidente em relação à sua família e de o mesmo não ter tomado a mesma atitude em relação ao desaparecimento do cofre municipal, aos bens desaparecidos da Casa da Boavista, aos documentos adulterados pelo Município e a muitas mais situações, afirmando que muito ainda há para tratar.

Foi deliberado por unanimidade, que a reunião ordinária de 30 de Outubro, será pública.

Por último, deliberou a Câmara Municipal aprovar a acta da presente reunião em minuta, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 57º. da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, e que vai ser lançada no respectivo livro de actas.

E não havendo mais nada a tratar, o Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião, pelas 16,30 horas, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, que vai ser assinada.

E eu, Rute Alexandra Vieira Pardos, a redigi e subscrevi.

O Presidente,

Os Vereadores,